



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR**

7ª Câmara Cível

RECURSO DE AGRAVO Nº 0069982-1/01

Juízo de Origem: 1º Vara dos Executivos Fiscais Estaduais – Juiz: Dr. Dario Rodrigues Leite de Oliveira

Recorrente: Estado de Pernambuco

Procurador: Dr. Milton Pereira Júnior

Recorrido: Rovil – Produtos Automobilísticos Ind. e Com. Ltda.

MP-PÉ: Dra. Andréa Fernandes Nunes Padilha

Relator: Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

EMENTA: TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL - AUSÊNCIA DE DILIGÊNCIA POR PARTE DO EXEQUENTE HÁ MAIS DE CINCO ANOS - PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - POSSIBILIDADE DE SER DECRETADA *EX OFFICIO* - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO - DECISÃO UNÂNIME: 1 - É pacífico o entendimento de que é possível a decretação *ex officio* da prescrição intercorrente, mesmo quando se tratar de direito patrimonial, quando o exequente deixou de diligenciar acerca dos seus créditos por mais de cinco anos. 2 - Recurso de Agravo improvido. 3 - Decisão Unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Recurso de Agravo nº 0069982-1/01, em que figuram como recorrente o Estado de Pernambuco e como recorrido Rovil-Produtos Automobilísticos Ind. e Com. Ltda.

Acordam os Desembargadores que integram a Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em conhecerem do recurso de agravo acima descrito, para negarem provimento ao mesmo, confirmando a decisão terminativa proferida em todos os seus termos, tudo na conformidade dos votos e do Relatório proferidos neste julgamento.

Recife, 26/01/2010

Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos  
 Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR**

7ª Câmara Cível

RECURSO DE AGRAVO Nº 0069982-1/01

Juízo de Origem: 1º Vara dos Executivos Fiscais Estaduais – Juiz: Dr. Dario Rodrigues Leite de Oliveira

Recorrente: Estado de Pernambuco

Procurador: Dr. Milton Pereira Júnior

Recorrido: Rovil – Produtos Automobilísticos Ind. e Com. Ltda.

MP-PE: Dra. Andréa Fernandes Nunes Padilha

Relator: Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

**RELATÓRIO**

Trata-se de recurso de agravo interposto contra decisão terminativa que, nos autos da execução fiscal, negou seguimento ao recurso interposto, para confirmar a sentença proferida em todos os seus termos e fundamentos, tendo-a como proferida em convergência com a jurisprudência deste Egrégio Tribunal de Justiça e do Superior Tribunal de Justiça.

Alega o recorrente, resumidamente, em suas razões que:

- o relator somente poderá negar provimento a recurso quando a matéria subjacente for pacífica não só no Tribunal local como também nos Tribunais superiores;
- o juiz errou ao proferir a sentença uma vez que não aplicou o dispositivo legal incidente sobre a matéria *sub judice*, o dispositivo aplicável não é o art. 219, §5º do CPC, mas sim o art. 40, §4º da Lei nº 6.830/80, à luz da prevalência da lei especial sobre a lei geral;
- a decretação da prescrição intercorrente, que possui natureza processual, somente veio a ser admitida nas execuções fiscais com o advento da Lei nº 11.051/2004, que acrescentou o §4º ao art. 40 da Lei nº 6830/1980.

Requer ao final, que essa relatoria reconsidere a decisão recorrida ou que apresente o recurso em mesa para julgamento perante a 7ª Câmara Cível dessa Corte de Justiça.

É o relatório.

Recife,

26/01/2010

Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR**

7ª Câmara Cível

RECURSO DE AGRAVO Nº 0069982-1/01

Juízo de Origem: 1º Vara dos Executivos Fiscais Estaduais – Juiz: Dr. Dario Rodrigues Leite de Oliveira

Recorrente: Estado de Pernambuco

Procurador: Dr. Milton Pereira Júnior

Recorrido: Rovil – Produtos Automobilísticos Ind. e Com. Ltda.

MP-PE: Dra. Andréa Fernandes Nunes Padilha

Relator: Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

**VOTO**

O inconformismo do recorrente reside contra decisão terminativa que, nos autos da ação de execução fiscal, negou seguimento ao recurso interposto, para confirmar a sentença proferida em todos os seus termos e fundamentos, tendo-a como proferida em convergência com a pacificada jurisprudência deste Egrégio Tribunal de Justiça.

Mantenho e reafirmo o entendimento esposado na decisão recorrida, no sentido de que o texto legal do CTN – art. 174, inc. I, com a reação que lhe foi dada pela Lei Complementar nº 118/2005 – é clarividente não somente em admitir a incidência da prescrição intercorrente nos executivos fiscais, como também, é expresso em apontar o termo *a quo* da contagem do seu prazo quinquenal.

Nessa mesma linha de raciocínio, foi editada a Lei nº 11.280/2006, disciplinando que o art. 219, § 5º do Código de Processo Civil, passava a vigorar com a seguinte redação: "*Art. 219 – A citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa; e ainda, quando ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição. § 5º - O juiz pronunciará, de ofício, a prescrição*".

Tão óbvia interpretação, que ainda no período de *vacatio legis*, já não perduravam quaisquer divergências nesta 7ª Câmara Cível, sendo a decisão, a partir da publicação da lei, tomada por unanimidade de votos. Essa possibilidade já é referida pelo Excelso STJ (em 02.08.2005), que revendo posição anterior, decidiu em processos de igual índole, que o § 4º do art. 40 da Lei nº 6.830/1980 viabiliza a decretação da prescrição intercorrente por iniciativa judicial.

Em face de tais razões, resta mais do que evidente a incidência da prescrição intercorrente a fulminar a pretensão jurisprudencial do exequente nos autos em análise, pois se ficou inerte ao longo de todo o prazo quinquenal sem

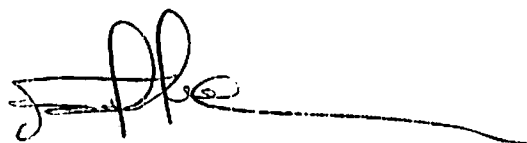
que efetivasse qualquer diligência ou manifestação processual com o fito de resgatar o crédito tributário perseguido.

O art. 40, § 4º da Lei nº 6830/1980 foi alterado pela Lei nº 11.051/2004, passando a vigorar nos seguintes termos: "se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. Porém, com o advento da Lei 11.280/2006, o art. 219, § 5º do CPC, alterando, de modo incisivo e substancial, os comandos normativos supra-citados, passou a vigor com a seguinte redação: "o juiz pronunciará, de ofício, a prescrição.". Logo, de acordo com a nova sistemática processual, para a decretação da prescrição de ofício pelo magistrado, basta que se verifique a sua ocorrência, não mais importando se se refere a direitos patrimoniais ou não, e desprezando a oitiva da Fazenda Pública.

Assim, em face de todo o exposto, NEGO PROVIMENTO ao presente recurso de agravo, para manter a decisão terminativa anteriormente proferida.

É como voto.

Recife, 26/01/2010



Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos  
Relator